



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

Processo nº: 32.700/2017-e.

Órgão de Origem: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Assunto: Aposentadoria.

Ementa:

- Examina-se a legalidade de ato de concessão de aposentadoria do servidor do quadro da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, João Bento Masiero Castellan;
- Decisão TCDF nº 5808/2017: Determinação de diligência. Não cumprimento;
- Decisão nº 203/2020: Determinação de diligência. Prorrogação de prazo concedida pelas Decisões TCDF nº 1343/2020 e nº 193/2021;
- Instrução: Sugere o cumprimento da diligência e a legalidade da concessão, com ressalva;
- MPJTCDF: Parecer convergente;
- **VOTO** convergente.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre o exame de ato de concessão de aposentadoria do servidor do quadro da SES/DF, **JOÃO BENTO MASIERO CASTELLAN**, conforme extrato do módulo SIRAC juntado aos autos.

2. Na Sessão Ordinária nº 5190, de 30/01/2020, o Tribunal, por meio da Decisão TCDF nº 203/2020, decidiu o seguinte:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar não cumprida a diligência contida na Decisão TCDF nº 5.808/2017; II – determinar diligência à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES) para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) demonstre por certidão específica expedida por órgão ou entidade pública o tempo prestado como aluno médico, nos termos da Decisão nº10.663/1998; b) comprove os horários de trabalho do servidor na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES) e na Polícia Militar do Distrito Federal, no período de 21/04/2007 a 28/02/2008, manifestando-se acerca da compatibilidade de horários no desempenho cumulativo dos dois cargos exercidos pelo servidor; III - autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.”

3. Nesta oportunidade, o Corpo Instrutivo se manifesta por meio do documento eletrônico de nº D0535529-e, esclarecendo o seguinte:

“Examina-se, na oportunidade, a legalidade do ato de aposentadoria do servidor em epígrafe.

2. O Controle Interno opinou pela legalidade do ato.

3. Porém, conforme aba “Acumulação de Cargo”, SIGRH e RAIS 2007/2008, o servidor acumula a presente aposentadoria de médico na SES/DF com



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

outra no cargo de políticas públicas e gestão governamental no DF, com data de admissão em 14/04/1978 e aposentadoria em 29/02/2008.

4. Este vínculo também consta no SIAPE, no órgão GDF, com o cargo de analista de administração pública, carga horária de 30 horas semanais e sem aposentadoria informada (documento juntado à aba "Tramitação do Ato" em 27/09/2017. A situação atual é servidor excluído.

5. Assim, considerando que o servidor exerceu o cargo de médico na SES/DF de 17/11/1980 a 20/04/2012, quando se aposentou, ele exerceu cumulativamente o exercício de ambos os cargos de 17/11/1980 a 28/02/2008, uma vez que se aposentou no primeiro cargo em 29/02/2008.

6. No tocante à compatibilidade da carga horária, observou-se que a jornada de trabalho era de 40 horas semanais na SES/DF. Já no GDF, há registros que informam 30 horas (RAIS e SIAPE) e 20 horas (SIGRH). A acumulação, resultou, assim, numa carga horária total que variou entre 60 e 70 horas.

7. O Processo TCDF nº 29.181/2008 tratou desta primeira aposentadoria do servidor, vinculada à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, no cargo de Analista de Administração Pública – Médico, que foi considerada legal pela Decisão TCDF nº 1.971/2011.

8. A informação contida no e-DOC 96614643 assim se manifestou sobre a acumulação dos cargos existente:

"4. Ademais, verifica-se que o interessado é também servidor da ativa da Secretaria de Estado de Saúde do DF, conforme provam os documentos de fls. 1/3, devendo ser informado a esse Órgão a aposentadoria do mesmo no Quadro de Pessoal Civil da PMDF, para que seja evitada contagem em duplicidade de tempo de serviço, quando de sua aposentadoria naquela Secretaria.

5. Ressalte-se, ainda, que, sendo o servidor ocupante da especialidade de Médico do Quadro de Pessoal Civil da PMDF e da Secretaria de Estado de Saúde do DF, é lícita a acumulação, pelo mesmo, de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo nesses dois Órgãos indicados, conforme dispõe o §10 do art. 37 da CF."

9. Para maior esclarecimento, destaca-se, ainda, da informação contida no e-DOC 93E8271E que:

*"5. Cumprindo tais prescrições, a Corporação acostou aos autos:
(...)*

b) O OFÍCIO Nº 50/GEAPE/DIGEP/UAG/SEPLAG (fl. 53 – apenso), da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo do Distrito Federal, por meio do qual a Gerência de Pessoal Inativo da Secretaria de Estado de Saúde é informada de que o citado servidor JOÃO BENTO MASIERO CASTELLAN, matrícula nº 81.001-0, é aposentado dessa Secretaria, no cargo de Analista de Administração Pública, tendo contado para essa finalidade com o tempo total de 35 anos, 4 meses e 25 dias de serviço prestados, já incluso o tempo averbado: 277 dias à empresa Irmão Matsunaga Ltda, no período de 2.5.1977 a 3.2.1978, e 730 dias (INSS), no interregno de 18.8.1997 a 18.8.1999.

6. Importa salientar, reiterando informação consignada na instrução de fls. 4/6, que o interessado é também servidor (da ativa) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (Médico), consoante os documentos de fls. 1/3, a mesma especialidade por ele exercida no Quadro de Pessoal Civil do Distrito Federal (lotado na Policlínica da PMDF); acumulação que, entende-se, amparada pelo artigo 17, §2º, do ADCT, combinado com as disposições do §10 do artigo 37 da Constituição Federal."

10. Observou-se, então, em relação ao tempo averbado para cada aposentadoria, que não houve duplicidade, pois:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

a) Para a aposentadoria na PMDF foram averbados os seguintes períodos:
1) De 02/05/1977 a 03/02/1978 – 277 dias – à empresa Irmão Matsunaga Ltda; e

2) De 18/08/1997 a 18/08/1999 – 730 dias – em certidão do INSS; e

b) Para a aposentadoria na SES/DF foram averbados os seguintes períodos:

1) De 15/01/1975 a 16/11/1975 – 306 dias – aluno-aprendiz – Médico interno – Especial, na esfera distrital;

2) De 19/01/1976 a 27/02/1977 – 406 dias – serviço militar – reservista de 1ª e 2ª categorias – militar, na esfera federal; e

3) De 01/08/1979 a 16/11/1980 – 474 dias – atividade privada urbana – celetista (RGPS).

11. Restaram pendências que foram tratadas pela Decisão TCDF nº 5.808/2017, prorrogada pelas Decisões TCDF nº 2.194/2018 e nº 3.971/2018.

12. Entretanto, não foram solucionadas pelo órgão jurisdicionado.

13. Com isso, precedeu a presente análise a Decisão TCDF nº 203/2020, que decidiu:

“II – determinar diligência à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES) para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências: a) demonstre por certidão específica expedida por órgão ou entidade pública o tempo prestado como aluno médico, nos termos da Decisão nº 10.663/1998; b) comprove os horários de trabalho do servidor na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES) e na Polícia Militar do Distrito Federal, no período de 21/04/2007 a 28/02/2008, manifestando-se acerca da compatibilidade de horários no desempenho cumulativo dos dois cargos exercidos pelo servidor; (...)”

14. Acrescenta-se que a mencionada Decisão foi prorrogada pelas Decisões TCDF nº 1343/2020 e nº 193/2021.

15. Em resposta, o órgão informou que:

“Em atenção à Decisão nº 203/2020, esta Gerência encaminhou despacho ao Núcleo de Gestão de Pessoas a fim de que fosse incluído nos autos a escala de trabalho com os horários que o servidor laborou, referente ao período de abril de 2007 a fevereiro de 2008, quando houve a acumulação no exercício de cargos públicos por parte do servidor, porém não obtivemos êxito, conforme documento anexo.

Assim, ficamos impossibilitados de dar prosseguimento à análise da compatibilidade de horários da referida acumulação, de modo que submetemos o caso, novamente, à análise dessa Corte de Contas. Em relação ao item II, letra “a”, informamos que foi anexado a certidão específica expedida por órgão ou entidade pública o tempo prestado como aluno médico. GAPE/DIAP/COAP/SUGEP/SES, em 10/02/2021.”

16. Foram juntados à aba “Anexos e Observações” os seguintes documentos:

a) “Certidão Tempo prestado como aluno médico” – arquivo “certidão internato”; e

b) “Documento SES” – arquivo “processo-00060000054254202086 – JOAO BENTO MASIERO CASTELLAN”.

17. Ao processo eletrônico TCDF nº 32.700/17 não foi juntada resposta à presente diligência.

18. Sobre a diligência proposta, item II.a, foi juntada ao ato cópia da Certidão de Tempo de Serviço nº 775/2006, expedida pela SES, que comprova o tempo prestado em internato rotatório no HBDF, no período de 15/01/1975 a 16/11/1975 – documento citado na letra “a” do parágrafo 16.

19. Em relação ao item II.b, a jurisdicionada informa que não efetuou a análise da compatibilidade horária da acumulação de cargos pelo servidor, no período de 21/04/2007 a 28/02/2008, em virtude de não ter recebido as folhas de pontos respectivas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

20. Constam no “Documento SES”, mencionado na letra “b” do parágrafo 16, documentos internos da SES que comprovam a tentativa, sem sucesso, de obtenção das folhas de ponto do servidor para o período de 21/04/2007 a 28/02/2008.

21. No documento “Frequência PMDF”, que já havia sido encaminhado pelo órgão, constam as folhas de ponto do servidor quando atuou pela PMDF na Policlínica, no período de abril/2007 a fevereiro/2008 (páginas 4 a 14), sem indicação dos horários de entrada e saída.

22. Contudo, posteriormente a PMDF informou, consoante Despacho SEI-GDF PMDF/DSAP/CMED/DM, de 25/01/2019 (página 29), que o servidor cumpriu, no referido período, escala fixa de trabalho de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00h às 12:00h.

23. E apresentou, por amostragem, algumas cópias da “Escala Ambulatorial Diária” da Policlínica/PMDF, que ilustram essa jornada de trabalho, dos dias 02/04/2007, 04/01/2008 e 07 a 09/01/2008 (páginas 24 a 28).

24. Assim, consoante informação dada pela PMDF, no período de abril/2007 a fevereiro/2008 o servidor cumpriu carga horária semanal de 20 horas, no turno da manhã. E na SES o servidor se aposentou com a carga horária de 40 horas semanais.

25. Em que pese a falta da análise da compatibilidade da carga horária, diante da ausência das folhas de ponto da SES, entende-se razoável supor que o servidor conseguia cumprir a carga horária total de 60 horas para os dois cargos, de abril/2007 a fevereiro/2008.

26. Além disso, acrescenta-se que o período de 29/02/2008, quando se aposentou no primeiro vínculo, até 20/04/2012, data da aposentadoria em análise, é suficiente para preencher o requisito previsto no art. 41, §7º, da LODE.

27. Dessa forma, considera-se que a acumulação de cargos ocorrida é lícita, e que a diligência foi cumprida.

28. Em sequência à análise do ato, verificou-se que o sobrenome do servidor está incorreto no ato de concessão, MASIEIRO, em vez de MASIERO, consoante consta no SIRAC e comprovado em consultas aos sítios eletrônicos da Receita Federal e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entretanto, uma vez que o servidor pode ser corretamente identificado pelas demais informações do ato, releva-se essa falha.

29. Releva-se, ainda, a ausência do preenchimento, na aba “Dados da Concessão”, do campo “Acumulações Informadas”.

30. Em relação ao tempo averbado de origem federal do tipo “Serviço Militar - Reservista de 1ª e 2ª Categorias - Militar”, ressalta-se que já foi computado para ATS em outros processos desta Corte, conforme item 2.5 do Capítulo 2 do Título VIII da Resolução TCDF nº 299/16 – Manual de Concessões Cíveis.

31. Destaca-se que na contagem de tempo de serviço foi considerado o período prestado na esfera distrital como aluno-aprendiz, de 15/01/1975 a 16/11/1975 (306 dias), inclusive para fins de ATS, o que está de acordo com o entendimento da Corte, consoante disposto no item 2.5, Capítulo 2, Título VIII, da Resolução nº 299/2016 - Manual de Concessões Cíveis – TCDF.

32. Esta Corte, na Decisão nº 10.663/98 (Processo TCDF nº 3.402/98), havia firmado entendimento de que o referido tempo poderá ser averbado para todos os efeitos, desde que: “a) o servidor tenha sido admitido em quadro de pessoal do Distrito Federal, suas autarquias ou fundações, antes da vigência local da Lei nº 8.112/90; b) o tempo de aluno médico interno seja também anterior à vigência, no Distrito Federal, da referida lei; c) o serviço tenha sido prestado, de forma não eventual à órgão ou entidade pública, mediante comprovada retribuição pecuniária à conta de dotação orçamentária específica, admitindo-se essa retribuição sob forma de alimentação e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

uniforme; d) o tempo seja comprovado por certidão específica expedida por órgão ou entidade pública ao qual o serviço tenha sido prestado".

33. No tocante ao acréscimo de 1.424 dias relativos à ponderação do tempo trabalhado em condições especiais, sob o regime celetista, a Corte tem acolhido essa contagem, tendo como precedentes os Processos nº 189/04, 1.297/94, 2.389/92 e 3.393/92.

34. Cotejando os dados do ato em comento com informações extraídas do SIGRH e SIAPE verificou-se a acumulação de cargos tratada acima.

35. A regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07.

4. E, ao final, propondo:

"Em razão do exposto, sugere-se ao Plenário:

I) considerar cumprida a diligência contida na Decisão TCDF nº 203/2020, prorrogada pelas Decisões TCDF nº 1343/2020 e nº 193/2021;

II) considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressaltando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007; e

III) determinar o arquivamento dos autos."

5. O Ministério Público junto ao Tribunal Contas do DF aquiesce às sugestões emanadas pela Unidade Técnica (e-DOC 5FA56AB6-e).

Relatado.

VOTO

6. As exposições apresentadas pelo Corpo Instrutivo, corroboradas pelo *Parquet*, são satisfatórias. De tal modo, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I - tenha por cumprida a Decisão TCDF nº 203/2020;

II - considere legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressaltando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007;

III - autorize o arquivamento dos presentes autos.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2021.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator